



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

EDITAL Nº 15/2017 **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2017**

De ordem do Sr. Prefeito Municipal, **PUBLICAMOS** que, junto à Secretaria de Administração - Departamento de Materiais - Seção de Licitações, desta PMB, encontra-se aberto o processo licitatório na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2017**, tipo **menor preço global**, objetivando a **Contratação de empresa especializada para execução de obras de adequação das instalações de prevenção e combate a incêndio da CEI MARIA BRUDER CAMARGO**, com fornecimento de mão de obra, materiais, e equipamentos necessários, conforme memorial descritivo, relatório de atividades a serem executadas, memória de cálculo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro, projeto técnico de combate a incêndio aprovado pelo Corpo de Bombeiro, e projetos fornecidos pelas empresas **Efrata Construtora Ltda. e Sirlei Bertágli Manoel – Me.**, conforme Cláusula Primeira – do objeto, as normas e condições especificadas, bem como a minuta do contrato anexo, fazendo a mesma, parte integrante deste Edital. Os invólucros nº 01 – Documentação e nº 02 - Propostas, deverão ser entregues **até às 08h e 30 min. do dia 23/03/2017** na Seção de Licitações, sito na Rua Santos Dumont, nº 28, nesta cidade de Birigui, mediante protocolo a ser expedido.

A Prefeitura de Birigui aceitará o envio dos envelopes nº 01 e nº 02 via correio, desde que sejam entregues até a data e o horário previstos para a protocolização dos envelopes.

A abertura terá início às 08h e 30 min. do dia 23/03/2017 na Sala de Reuniões da Seção de Licitações, sito na Rua Santos Dumont, nº 28 - Centro – Birigui-SP.

A licitante, que se fizer representar, deverá credenciar seu representante, outorgando-lhe plenos poderes para decisões junto à Comissão Permanente de Licitações, no decorrer do processo e que se identificará através de Documento oficial de identificação que contenha foto.

Esta Concorrência Pública, é regida pela Lei Federal nº 8.666/93, atualizada pelas



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

Leis Federais nºs 8.883/94, 9.648/98 e 9.854/99, bem como pela Lei Complementar nº 123/2006, que se processará de acordo com as exigências e condições estabelecidas neste Edital.

Não poderão participar desta Concorrência Pública os servidores desta Prefeitura e as pessoas vinculadas ao Poder Executivo e Legislativo deste Município, inclusive das Administrações Indiretas, bem como os sócios da empresa contratada e integrantes de sua equipe técnica não poderão manter vínculos, na forma do art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93, arts. 56 da Lei Orgânica do Município de Birigui e art. 177, XII e XVIII da Lei Municipal nº 3.040/93, com suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO:

1.1 Contratação de empresa especializada para execução de obras de adequação das instalações de prevenção e combate a incêndio da CEI MARIA BRUDER CAMARGO, com fornecimento de mão de obra, materiais, e equipamentos necessários, conforme memorial descritivo, relatório de atividades a serem executadas, memória de cálculo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, projeto técnico de combate a incêndio aprovado pelo Corpo de Bombeiro, e projeto fornecido pelas empresas Efrata Construtora Ltda. e Sirlei Bertáglio Manoel – Me.

1.1.1 Estima-se para a presente licitação o valor total de R\$ 24.458,78 (vinte e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais, e setenta e oito centavos), que no termos do Art. 40, inciso X da Lei nº 8.666/93, é fixado como de preço máximo de aceitabilidade da proposta;

1.1.1.1 A aceitabilidade de preços unitários também fica limitada por aqueles estimados na planilha orçamentária. Precedente: Acórdão 2857/2013 – Plenário do Tribunal de Contas da União.

1.1.2 Será de responsabilidade da contratada o fornecimento de toda mão de obra necessária para execução dos serviços, encargos e equipamentos, inclusive Equipamento de Segurança Individual – EPI de seus funcionários e uniforme, devendo observância obrigatória às Normas de Saúde e Segurança no Trabalho, constantes da



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

Consolidação das Leis do Trabalho, da Portaria nº 3.214/78, do Ministério do Trabalho e de outras disposições relacionadas com a matéria e específicas para o presente objeto;

1.1.3 A licitante vencedora deverá elaborar folha de pagamento específica para os serviços objeto do contrato apresentando relação nominal dos empregados designados para execução dos serviços, com CPF, cargo, valor do salário mensal, carga horária mensal trabalhada, período trabalhado, valor do INSS e do FGTS, Número de Identificação do Trabalhador - NIT, entre outras informações que se fizerem necessárias à verificação do efetivo e tempestivo controle do recolhimento dos encargos trabalhistas e previdenciários (FGTS e INSS);

1.1.4 A licitante vencedora deverá informar mensalmente em SEFIP/GFIP (Sistema Empresa/Guia de recolhimento do FGTS e informações à Previdência Social) as remunerações de todos os empregados envolvidos na execução dos serviços, de acordo com a legislação e os padrões estabelecidos pela Previdência Social e pela Caixa Econômica Federal, encaminhando cópia à Prefeitura;

1.1.5 A licitante vencedora deverá apresentar à Prefeitura cópia do recibo de remessa da GFIP;

1.1.6 A licitante vencedora deverá apresentar à Prefeitura as guias de INSS e do FGTS comprovando o efetivo recolhimento.

1.1.7 A licitante vencedora deverá, no momento da assinatura do contrato, deverá apresentar comprovação de recolhimento da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da obra;

1.1.8 As empresas Efrata Construtora Ltda. e Sirlei Bertáglio Manoel – Me. serão responsáveis por auxiliar nas questões técnicas relacionadas a execução das obras de adequações das instalações de prevenção e combate a incêndio das Unidades Escolares;

1.1.9 Durante a execução do objeto, desta licitação, a licitante vencedora dever-se-á consultar as Secretarias de Obras e Educação para definição dos detalhes dos materiais utilizados na obra, ou para sanar dúvidas;

1.1.10 A contratada e eventuais subcontratadas deverão observar obrigatoriamente as normas técnicas de segurança e saúde no trabalho adequadas,



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

conforme os compromissos oriundos do Termo de Ajuste de Conduta nº 97/2014/MPT/PRT 15ª REGIÃO – PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA.

1.1.11 Todos os serviços deverão estar de acordo com o Memorial Descritivo constante na pasta Especificação Técnica disponibilizada juntamente com o presente instrumento convocatório.

1.1.11.1 Após a execução dos serviços de adequação dos sistemas de prevenção e combate a incêndio instalado, a contratada deverá apresentar os seguintes laudos e suas respectivas ART's:

1.1.11.1.1 ART dos serviços executados para adequação das instalações contra incêndio;

1.1.11.1.2 Atestado de Brigada de Incêndio conforme Anexo L da ITCB nº 01/04;

1.1.11.1.3 Laudo de Estanqueidade da Central de GLP e de toda a rede de gás;

1.1.11.1.4 ART da Central de GLP instalado.

CLÁUSULA SEGUNDA- INFORMAÇÕES E AQUISIÇÃO DA PASTA DE ESPECIFICAÇÕES:

2.1 - A Prefeitura Municipal, por intermédio da SA/DM/Seção de Licitações, na Rua Santos Dumont nº 28- Centro, das 08:00 às 11:30 h. e das 13:00 às 17:00 h. (dias úteis) fornecerá quaisquer informações ou esclarecimentos às empresas interessadas, atendendo também pelos telefones (18) 3643-6125 e 3643.6126.

2.2- O Edital e seus Anexos, serão fornecidos na Seção de Licitações da Prefeitura de Birigui, mediante pagamento de R\$ 30,00 (trinta reais) junto ao Posto Bancário que funciona no prédio da Prefeitura, sito na Rua Osvaldo Cruz, nº 146, mediante emissão de guia de recolhimento pela Seção de Licitações ou gratuitamente através do site www.birigui.sp.gov.br. As vendas encerrar-se-ão às 16:00 h. do dia 20/03/2017.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VISITA TÉCNICA:

3.1- As empresas participantes deverão obrigatoriamente enviar um representante para visita técnica no local da obra, em até 03 (três) dias úteis antes da entrega das propostas, ou seja, até o dia **20/03/2016**, conforme Lei Municipal nº 4.752/2.006, devendo apresentar-se na Secretaria de Obras, localizada na Rua Guanabara, 256, ocasião em que um dos Engenheiros/Arquitetos da Prefeitura irá acompanhá-lo e após expedirá o respectivo atestado de visita técnica. **As visitas poderão ser agendadas através do telefone (18) 3643.6170.**

CLÁUSULA QUARTA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 A Prefeitura efetuará o pagamento à Contratada, através de Ordem de Pagamento ou crédito em Conta-Corrente, da seguinte forma: o pagamento deverá ocorrer no prazo de no máximo 15 (quinze) dias corridos, de acordo como cronograma físico-financeiro, medições dos serviços executados, após vistoria e aprovação do Engenheiro da Prefeitura que fará o acompanhamento da obra, e apresentação dos documentos de cobrança. As medições serão mensais, sendo a 1ª delas efetuada 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da Ordem de Serviço expedida pela Secretaria de Obras.

4.1.1 Para fins de recebimento, a contratada deverá apresentar a comprovação de regularidade com o Sistema de Seguridade Social juntamente com cada documento de cobrança emitido;

4.1.2 O ISS sobre cada fatura será retido na fonte, conforme Lei Complementar nº 9 de 29/12/2003;

4.1.3 Ao final da obra a contratada deverá apresentar a competente Certidão Negativa de Débitos do INSS, CND, nos termos do artigo 71 da Lei nº 8666/93 e artigos 383, 405, 406 e 423 da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009;

4.1.3.1 A Prefeitura reterá o pagamento do valor que corresponda aos encargos do INSS incidentes sobre a obra, enquanto não apresentada a CND;

4.1.3.1.1 A apuração dos encargos terá por base o disposto no artigo 164 da Instrução Normativa acima;



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

4.1.4 Os dados bancários informados nas Notas Fiscais deverão pertencer à mesma Razão Social e número de CNPJ da Contratada;

4.1.5 Os documentos fiscais emitidos em desacordo com este contrato e a legislação vigente serão devolvidos à Contratada, que se obriga a substituí-los na forma exigida;

4.1.6 Fica vedada à Contratada a emissão de duplicatas para representação de quaisquer valores que venham a ser devidos em razão do presente contrato;

4.1.7 A Contratada deverá inserir nas Notas Fiscais os dados bancários de sua empresa (nome do banco, número da agência e da conta-corrente), bem como o número do empenho.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

5.1 Somente poderão participar desta Concorrência Pública, na qualidade de licitantes, empresas que não estejam impedidas de participar de licitações processadas nos âmbitos federal, estadual ou municipal, devendo declarar sob pena de sua inabilitação: que não foram declaradas inidôneas para os fins do disposto na Lei Federal nº 8.666/93, e também àquelas que não estejam em processo de falência ou concordata;

5.2 Estejam legalmente constituídas e tenham em seu objeto social atividade compatível com o objeto da presente licitação, bem como satisfaçam as exigências deste edital,

5.3 Não sejam constituídos por servidores da **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI**, ou ainda seus cônjuges ou companheiros ou parentes até o 3º grau;

5.4 Cumpra as normas relativas à saúde e segurança no trabalho dos seus funcionários nos termos do art. 117, parágrafo único da Constituição do Estado de São Paulo;

5.5 Estarão impedidas de participarem ainda, licitantes que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária para licitar e impedimento de contratar com esta Administração nos termos do inciso III do artigo 87 da lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como:

a) Impedidas de licitar e contratar nos termos do art. 7º da Lei 10.520/02;



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

-
- b) Impedidas de licitar e contratar nos termos do art. 10º da Lei 9.605/98;
 - c) Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas. Precedente: Acórdão nº 2243/2013. Plenário do TCU;
 - d) Julgadas responsáveis por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, sendo estendidos todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica aos seus administradores e sócios com poder de administração;
 - e) Cujos administradores e sócios com poder de administração tenham sido julgados responsáveis por falta grave e inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;
 - f) Grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica que para furtar-se dos efeitos danosos das sanções previstas nos itens anteriores, participe com a empresa principal ou subordinada, ou constitua nova empresa em fraude à lei (Precedente STJ – Recurso ordinário em Mandado de Segurança RMS 15.166-BA; CLT, art. 2º, § 2º).

5.5.1 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste instrumento convocatório ou para provocar confusão patrimonial, sendo estendidos todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica aos seus administradores e sócios com poderes de administração, observados o contraditório e a ampla defesa (redação conforme artigo 14, da Lei 12.846/2013).

5.6 Não será admitida a participação de ONG, OSCIP, Cooperativa ou empresas em Consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.

5.7 O ato da entrega da proposta pela empresa licitante já caracteriza declaração desta, sob as penas da lei, de que conhece todos os termos do edital e com eles concorda.

5.8 As microempresas e empresas de pequeno porte, visando ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº. 123/06 deverão apresentar Declaração de acordo com o modelo estabelecido no Anexo VII deste Edital FORA do Envelope nº. 1 (Habilitação), em caso de esquecimento a Presidente da Comissão Permanente



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

de Licitações deverá autorizar o representante da licitante para providenciar referida declaração, antes do início da sessão.

5.9 As empresas interessadas em participar da presente CONCORRÊNCIA PÚBLICA deverão entregar os envelopes nº 01 e 02 DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS, respectivamente, no horário e local mencionados no preâmbulo deste Edital.

5.10 No ENVELOPE nº 01 – Documentação - deverão constar os documentos referentes à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Técnica e Qualificação Econômico-Financeira:-

5.10.1 Habilitação Jurídica consistirá em:

5.10.1.1-registro comercial, no caso de empresa individual, ou, certificado previsto no art. 23 da resolução CGSIM nº 16, de 17 de dezembro de 2009, se for o caso;

5.10.1.2-ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhada dos documentos de eleição de seus administradores;

5.10.1.3-inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

5.10.1.4-decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.10.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista consistirá em:

5.10.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

5.10.2.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

5.10.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União) juntamente com a regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por lei, junto à Previdência Social, expedidas em conjunto pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria da Fazenda Nacional em conformidade com a Portaria MF 358/2014, Estadual (Certidão regularidade de débito para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, expedida pelo órgão competente, relativo a Tributos Estaduais) e Municipal (tributos mobiliários) ou outra equivalente na forma da Lei, dentro do prazo de validade;

5.10.2.4: Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço F.G.T.S. expedida pela Caixa Econômica Federal;

5.10.2.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.” (NR)

5.10.2.6 [Para fins de regularidade fiscal serão aceitas Certidões Positivas de Débito com Efeito de Negativa, nos termos do art. 206 da Lei Federal nº 5.172/66 - Código Tributário Nacional.](#)

5.10.2.7 Declaração de Situação Regular perante o Ministério do Trabalho em cumprimento a exigência contida no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de dezesseis anos. (inciso XXXIII, do Artigo 7º da Constituição Federal).

5.10.3 Qualificação Técnica consistirá em:

5.10.3.1 Registro ou Inscrição no CREA – Conselho Regional de Engenharia, e Agronomia, ou no CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo, do domicílio ou sede da licitante, dentro do prazo de validade.

5.10.3.2 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto, limitada a:

5.10.3.2.1 Capacidade Técnica-Profissional: comprovação da licitante de possuir profissional com vínculo mediante contrato social, registro na carteira social, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível ainda a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

tecnicamente pela execução dos serviços, nos termos da súmula nº 25 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e que detenha pelo menos 01 (um) atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço similar ao objeto do presente edital.

5.10.3.2.1.1 Apresentação de no mínimo 01 (um) acervo técnico emitido pelo CREA/CAU ao profissional responsável, nos termos da súmula nº 23 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cuja(s) parcela(s) de maior relevância é(são):

5.10.3.2.1.1.1 Subitem “Tubo de aço galvanizado sem costura shedule 40 DN 2 1/2” inclusive conexões.

5.10.3.2.2 Capacidade Técnica-Operacional: Apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica de execução de obra de no mínimo 50% (cinquenta por cento) da obra licitada, expedido em nome da empresa licitante por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado na entidade profissional competente, de acordo com a súmula nº 24 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

5.10.3.3 A comprovação da Capacidade Técnica-Profissional e Técnica-Operacional acima descritas poderá(ão) se resumir em um único documento, quando expedida em nome do profissional e da empresa licitante.

5.10.3.3.1 A comprovação da Capacidade Técnica-Profissional e Técnica-Operacional, em sendo necessário, poderão ser complementadas através de planilhas orçamentárias, memoriais descritivos e/ou projetos da obra objeto do Acervo/Atestado.

5.10.3.4 Apresentação do Atestado de Visita Técnica fornecido pela Secretaria de Obras, conforme item 3.1 da Cláusula Terceira, deste Edital.

5.10.4 Qualificação Econômico-Financeira consistirá em:

5.10.4.1 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, nos termos da legislação vigente, apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

5.10.4.1.1 serão considerados aceitos na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

5.10.4.1.1.1 publicados na imprensa oficial, tratando-se de sociedade anônima ou por ações;

5.10.4.1.1.2 para os demais tipos societários por publicação em jornal; ou

5.10.4.1.1.3 por cópia ou reprodução registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante; ou

5.10.4.1.1.4 por cópia reprográfica das páginas do Livro Diário onde foram transcritos o Balanço e a Demonstração de Resultado, com os respectivos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, registrados na Junta Comercial ou outro órgão equivalente;

5.10.4.1.1.5 em se tratando de empresa constituída há menos de 1 (um) ano, a documentação acima referida deverá ser substituída pela demonstração contábil relativa ao período de funcionamento ou balanço de abertura;

5.10.4.1.2 os documentos exigidos no subitem anterior devem ser assinados pelo representante legal do licitante e pelo contabilista legalmente responsável, devidamente identificados;

5.10.4.1.3 demonstrativo em papel timbrado da empresa e assinado por seu representante legal, comprovando a boa situação financeira da licitante que será verificada através dos índices: ILG (Índice de Liquidez Geral), ILC (Índice de Liquidez Corrente) e ISG (Índice de Solvência Geral), os quais deverão ser calculados e apresentados pela licitante, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

ILG – Índice de Liquidez Geral

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

ILC – Índice de Liquidez Corrente

Ativo Circulante

Passivo Circulante



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

ISG – Índice de Solvência Geral

Ativo Total

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

5.10.4.1.3.1 Somente serão Habilitadas as empresas que obtiverem os índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, igual ou maior que um ($=$ ou > 1);

5.10.4.1.3.2 não serão aceitas fórmulas alternativas para os índices contábeis, reservando-se, ainda, à Prefeitura Municipal de Birigui, o direito de reclassificar contas, se necessário for, de acordo com a legislação vigente.

5.10.4.1.4 Prova de patrimônio líquido, admitida atualização nos termos do art. 31, §3º da Lei Federal nº 8.666/93, não inferior a R\$ 2.445,88 (dois mil, quatrocentos e quarenta e cinco mil, oitenta e oito centavos), correspondente à 10% do valor estimado da obra.

5.10.4.2 Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

5.10.4.3 Certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

5.10.4.4 Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve a licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

5.10.4.5 para o caso de empresas em recuperação judicial, deverá estar ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que a LICITANTE está cumprindo o plano de recuperação judicial.

5.10.4.6 Para o caso de empresas em recuperação extrajudicial, deverá estar de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar comprovação



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

Todos os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original; por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou ainda através de publicação em órgão da imprensa oficial, conforme autoriza o artigo 32, caput, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA- DAS PROPOSTAS:

6.1 PROPOSTA COMERCIAL - ENVELOPE Nº 02.

6.1.1 A proposta comercial, deverá ser única por proponente, apresentada em uma via e conter os seguintes elementos:

6.1.1.1 A proposta terá validade não inferior a 60 (sessenta) dias da sua data de entrega, prazo este que ficará suspenso em caso de interposição de recursos, até a publicação do respectivo julgamento. Precedente: RO em MS 15.378, da 1ª T. Do STJ.

6.1.1.2 Preço: unitário e global, conforme disposto no item 1.1.1, ou seja, **em planilha orçamentária**, obedecendo os itens constantes nesta, fornecida pela Prefeitura no Anexo II deste Edital, tendo como critério de aceitabilidade da proposta o preço máximo estimado do item 1.1.1.1;

6.1.1.3 As empresas deverão apresentar e obedecer o Cronograma Físico-Financeiro da obra disposto no Anexo II deste Edital;

6.1.2 Na composição de seu preço, a proponente deverá levar em consideração, todas as obrigações financeiras a seu encargo, bem como despesas com equipamentos, materiais, mão de obra, transportes, ferramentas, energia elétrica, telefone, água, combustível, despesas de escritório e expediente, encargos sociais e trabalhistas e quaisquer outras necessárias e não especificadas.

CLÁUSULA SÉTIMA- DA APRESENTAÇÃO, RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

7.1 Deverão ser apresentados um volume encadernado com os documentos, encerrados em um invólucro lacrado, com os seguintes dizeres na parte externa.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº __/2.017

ENVELOPE Nº 01

DOCUMENTAÇÃO

7.2 Em uma via, volumes encadernados, contendo a proposta comercial, encerrados em um único invólucro lacrado, com os seguintes dizeres na parte externa.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº __/2.017

ENVELOPE Nº 02

PROPOSTA COMERCIAL

7.3 Os envelopes nº 01 - Documentação e nº 02 - Proposta Comercial serão recebidos em hora e local mencionados no preâmbulo deste Edital.

7.4 A Comissão Permanente de Licitação, no horário e local estipulado neste Edital, reunir-se-á em sessão pública para julgar as propostas; iniciando a análise com a abertura dos invólucros de nº 01 e exame dos documentos de habilitação.

7.5 Para fins de habilitação será observado o seguinte:

7.5.1 Em se tratando de **microempresas e empresas de pequeno porte**, deverá ser apresentada toda a documentação exigida na cláusula quinta deste edital, porém, serão declaradas HABILITADAS mesmo que apresentem alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal. A que for declarada vencedora do certame, terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da ciência do julgamento para apresentar a devida regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, nos termos da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, atualizada.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

7.5.2 Em se tratando de empresas que não se enquadrem no subitem anterior a apresentação da documentação constante do envelope nº 01 em desacordo com o previsto na cláusula quinta deste edital acarretará sua INABILITAÇÃO.

7.6 O envelope nº 02 – Proposta Comercial, será aberto somente dos Concorrentes habilitados, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso ou tendo havido desistência expressa ou após o julgamento dos recursos interpostos.

7.7 A COMISSÃO Permanente deverá proceder a devolução dos envelopes fechados aos Concorrentes Inabilitados, contendo as respectivas propostas, desde que não tenha havido recursos ou após sua denegação.

7.8 Será classificada em primeiro lugar a empresa habilitada que apresentar o menor preço global, resguardado o direito da microempresa e/ou empresa de pequeno porte privilegiado pela Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, respeitando como preço máximo o valor estabelecido na cláusula 1.1.1.

7.9 Em caso de empate, a classificação se dará nos moldes previstos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

7.10 Caberá ao Prefeito Municipal, a homologação desta Concorrência Pública e o julgamento dos recursos eventualmente interpostos pelos concorrentes.

7.11 Serão desclassificadas as propostas (Art. 40, X - Lei 8.666/93):

a) Que não atendam a todas as exigências do ato convocatório, nos termos do inciso I do art. 48 da Lei de Licitações;

b) Que ofereçam vantagens não previstas no Edital, bem como preços e vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes;

c) Com valor global superior ao valor orçado pela **PREFEITURA MUNICIPAL DA BIRIGUI/SP** no item 4.1 deste edital ou com preços manifestamente inexequíveis nos termos do inciso II do art. 48 da Lei de Licitações;

d) Consideram-se manifestamente inexequíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores (Art. 48 § 1º da Lei 8.666/93):

d.1) Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor global orçado pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI**; ou



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

d.2) Valor global orçado pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI**.

7.12 A licitante vencedora, cujo valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem os subitens "d.1" e "d.2", será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no § 1º do art. 56 da Lei 8.666/93, igual a diferença entre o valor resultante do parágrafo anterior e o valor da correspondente proposta (Art. 48 § 2º da Lei 8.666/93).

7.13 As propostas serão inicialmente ordenadas em ordem crescente do Valor Global proposto, ou seja, será provisoriamente classificada em primeiro lugar a proposta com menor Valor Global e assim sucessivamente.

7.14 Havendo empate entre duas ou mais propostas, a classificação será feita, obrigatoriamente, por **sorteio em ato público** para o qual todas as licitantes classificadas serão convocadas (Art. 45 § 2º da Lei 8.666/93 e nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123/2006), se este não puder ser realizado na mesma sessão de abertura dos envelopes nº 02 – Proposta Comercial.

7.15 A Comissão de Licitações dará ciência aos interessados do resultado da habilitação e da classificação, inclusive dos motivos que deram causa a eventuais inabilitações e desclassificações, na própria sessão e, se não presentes todos os representantes das licitantes, por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

7.16 Quando todas as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão poderá fixar aos licitantes o prazo de **8 (oito) dias úteis** para apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas que motivaram a desclassificação, conforme determina o § 3º do Art. 48 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA- DA CAUÇÃO:

8.1. Para garantia da execução do contrato, a Prefeitura exigirá, antes da assinatura dele, que a licitante declarada vencedora caucione em favor da Prefeitura a importância correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor global da obra e pelo prazo de vigência do contrato; nos termos do art. 56 § 1º da Lei Federal nº 8.666/93,



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

atualizada pelas Leis Federais nºs 8.883/94, 9.648/98 e 9.854/99, ou seja, a Caucionante poderá optar por uma das seguintes modalidades:

8.1.1- em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo este ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

8.1.2. por seguro garantia;

8.1.3. por fiança bancária.

8.2. A garantia prestada pela contratada será liberada e restituída após a expiração da vigência do contrato; e, quando em dinheiro será devolvida atualizada monetariamente.

8.3. Para solicitar a devolução da caução, a contratada deverá protocolar na Seção de Protocolo, na Rua Oswaldo Cruz, 146, Centro, requerimento com a apresentação da 1ª via do recibo.

8.4 O seguro-garantia deverá conter nas condições especiais a seguinte ressalva: "Para todos os efeitos desta cláusula, não se observa o disposto no item 9.2 das condições gerais (Circular Susep No. 232 de 03 de junho de 2003), tendo em vista o que estabelece o inciso III do art. 80 da Lei No. 8.666/93".

8.5 A fiança bancária deverá conter:

8.5.1 Prazo de validade, que deverá corresponder ao período de vigência do contrato;

8.5.2 Expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento que for devido, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;

8.5.3 Não poderá constar ressalva quanto à cobertura de multa administrativa, em consonância com o inciso III do artigo 80 da Lei 8666/93.

CLÁUSULA NONA- DO CONTRATO:

9.1- Após a homologação do julgamento, a empresa vencedora será convocada via e-mail para assinatura do contrato, apresentação da caução e da ART no prazo de 05 (cinco) dias úteis, com observância das prescrições do art. 64 e seus parágrafos da



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

Lei Federal nº 8.666/93, atualizada pela Lei Federal nº 9.648/98 e indicar o preposto que a representará no local dos trabalhos;

9.2- O contrato decorrente desta Concorrência Pública será formalizado por termo, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, integrado por este Edital e seus anexos, tendo em conta a proposta da Contratada;

9.3- A obra será contratada por preço global, fornecendo a CONTRATADA toda a mão de obra, materiais e equipamentos necessários à sua realização.

9.4- As obras serão executadas rigorosamente de acordo com os projetos e especificações constantes da pasta de especificações;

9.5- A Contratada responsabilizar-se-á por acidentes e prejuízos que venha a causar a terceiros, por sua culpa, negligência ou imperícia;

9.6- A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras ou serviços, até 25% do valor inicial do contrato.

(§ 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações);

9.7- O recebimento provisório dar-se-á de imediato à conclusão da obra e, verificada sua regularidade, o recebimento definitivo dar-se-á 60 (sessenta) dias, após o recebimento provisório na forma estabelecida no art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

9.8- A Prefeitura poderá rescindir unilateralmente o contrato independente de indenização e de interpelação judicial ou extrajudicial, se ocorrer uma das hipóteses previstas nos itens I à XVII, do art. 78, com as consequências enunciadas no art. 87, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

9.9- A licitante vencedora que descumprir alguma das exigências desta Concorrência Pública estará sujeita à aplicação das Sanções Administrativas previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, conforme descritas na Cláusula 6ª da Minuta do Contrato.

9.10- A licitante vencedora deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir total ou parcialmente às suas expensas, serviços, objeto do contrato em que se verifiquem defeitos, incorreções resultantes da execução irregular dos serviços por ela executados, pelo prazo de cinco anos, a contar da data do recebimento definitivo, nos termos dos art. 69 e 70, da Lei Federal nº 8.666/93.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

9.10.1 A licitante vencedora deverá retirar todo o entulho decorrente da execução dos serviços, deixando o local totalmente limpo em todas as áreas trabalhadas;

9.10.2 O prazo de garantia deverá ser de no mínimo 12 (doze) meses para peças, aparelhos e componentes e de no mínimo 5 (cinco) anos para os serviços, a contar da data do Termo de Recebimento Definitivo.

9.11- A licitante vencedora, deverá executar todos os serviços propostos no prazo de 60 (sessenta) dias, após o recebimento da Ordem de Serviço encaminhado pela Secretaria de Obras na proporção estabelecida e conforme documentos constantes da pasta de especificações; quando da não especificação, prevalecerão as exigências das normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas);

9.11.1 O contrato vigorará por 12 (doze) meses a contar de sua publicação na imprensa oficial;

9.11.2 Será considerada como previsível (ou ordinária) a média de dias de precipitação do Anexo IV, oriunda de dados do Instituto Nacional de Meteorologia;

9.11.3 Também será considerada como previsível (ou ordinária) a precipitação média do Anexo IV, oriunda de dados do Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura, da UNICAMP;

9.11.4 As chuvas compreendidas nas médias mencionadas na cláusula anterior não ensejarão a prorrogação do prazo de execução. **Precedente: Acórdão nº 396/08 - Plenário do TCU.**

9.12- Os serviços deverão ser executados mediante Ordem de Serviço expedida pela Secretaria de Obras juntamente com a Secretaria de Educação;

9.13- Fica estabelecido que a Contratada não transferirá ou terceirizará no todo ou em parte, serviços ou obras objeto do contrato, sem autorização expressa da Prefeitura Municipal, ressalvadas as subempreitadas de serviços especializados, as quais serão previamente comunicadas ao Setor responsável para autorização;



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

9.14- Correrá por conta da Contratada todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, conforme disposição do Art. 71 da Lei Federal 8.666/93.

9.14.1 A Prefeitura não manterá nenhuma vinculação com os profissionais contratados pela contratada, especialmente quantos aos encargos trabalhistas e previdenciários.

CLÁUSULA DÉCIMA- DISPOSIÇÕES GERAIS:

10.1- Prevalecerá o disposto no presente Edital, sempre que houver dúvidas entre este e os elementos a ele incorporados;

10.2- Os casos omissos, não previstos neste Edital, serão solucionados pelo Senhor Prefeito, ouvidos os órgãos técnicos e especializados da Prefeitura;

10.3- Para dirimir todas as questões suscitadas na execução do contrato, não resolvidas administrativamente, será designado o Foro da Comarca de Birigui-SP.;

10.4- As informações sobre esta Concorrência Pública serão prestadas pela Seção de Licitações na Rua Santos Dumont, 28, Centro, no horário das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas até 03 (três) dias anteriores à data marcada para abertura das propostas;

10.5- Os esclarecimentos sobre o conteúdo do Edital e seus anexos, deverão ser solicitados por escrito, até cinco dias úteis antes da data designada para a abertura dos invólucros "DOCUMENTOS", à Seção de Licitações, que os prestará, também por escrito, remetendo cópia aos interessados que tiverem adquirido o Edital e seus Anexos;

10.6- As concorrentes deverão pautar a elaboração de suas propostas estritamente dentro das normas do presente Edital;

10.7- O preço global proposto deverá incluir a execução de todas as obras de modo a entregá-las totalmente concluídas, sendo de inteira responsabilidade da Contratada;

10.8- Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o presente Edital por irregularidade, devendo protocolar o pedido até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder a impugnação em até 03 (três) dias úteis;



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

10.9- Poderá a licitante interessada interpor recurso dirigido à Autoridade superior, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do julgamento das propostas, caso não concorde com a decisão;

10.10- Os recursos administrativos previstos no artigo 109 da Lei de Licitação, somente serão recebidos pela Comissão Permanente de Licitação quando apresentado em sua forma original, devidamente protocolado na Diretoria de Materiais/Seção de Licitações da Prefeitura, Rua Santos Dumont, 28, Centro.

10.11- O recurso previsto nas alíneas a e b do inciso I do artigo 109 da Lei de Licitações terá efeito suspensivo, podendo a Autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir eficácia suspensiva aos demais recursos.

10.12 Ao final da obra ou serviço a empresa deverá apresentar a competente Certidão Negativa de Débitos do INSS - CND, nos termos do artigo 71 da Lei nº 8666/93 e artigos 383, 405, 406 e 423 da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009.

10.12.1 A Prefeitura reterá o pagamento do valor que corresponda aos encargos do INSS incidentes sobre a obra e/ou serviço, enquanto não apresentada a CND.

10.12.1.1 A apuração dos encargos terá por base o disposto no artigo 164 da Instrução Normativa RFB n 971, de 13 de novembro de 2009.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:

11.1- A Prefeitura Municipal exercerá a fiscalização dos serviços, através da Secretaria de Obras, Engenheiro de Segurança do Trabalho, e Departamento de Recursos Humanos e/ou Secretaria de Finanças, ou por meio de empresa contratada, sem reduzir nem excluir a responsabilidade da Contratada;

11.2- A fiscalização por parte da Secretaria de Obras ficará assegurada a prerrogativa de:

11.2.1- exigir o cumprimento integral dos projetos, prazos, especificações, detalhes e também das normas técnicas de execução dos serviços;



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

11.2.2- rejeitar todo e qualquer material ou serviço de má qualidade ou não especificado, e estipular o prazo para a sua correção, sem ônus para a Administração;

11.2.3- exigir a imediata substituição do técnico, mestre ou operários que não correspondam técnica ou disciplinarmente às necessidades da obra, sem prejuízo do cumprimento das condições contratuais;

11.2.4- decidir quanto à aceitação do material ou serviço “similar” ou especificado, sempre que ocorra motivo de força maior;

11.3 À fiscalização por parte do Engenheiro de Segurança do Trabalho ficará assegurado o direito de:

11.3.1 fazer cumprir as obrigações inerentes ao Termo de Ajuste de Conduta nº 97/2014/MPT/PRT 15ª REGIÃO – PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA, exigindo a observância de normas técnicas de segurança e saúde no trabalho adequadas, na forma prevista no art. 67 e seus parágrafos, combinado com art. 12, VI, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, sob pena de penalização na forma da cláusula 6ª do instrumento contratual.

11.4 À fiscalização por parte do Departamento de Recursos Humanos e/ou Secretaria de Finanças ficará assegurado o direito de:

11.4.1 Acompanhar se os empregados que trabalham na obra correspondem àqueles constantes dos assentamentos da folha de pagamento e se recebem regularmente os salários, fazendo juntar mensalmente às medições termo de acompanhamento;

11.5- qualquer comunicação, ordem de serviço, reclamação, imposição de multas, intimação, exigência etc., entre a Contratada e o Setor responsável da Prefeitura, será feita por escrito, devidamente protocolada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DOS RECURSOS:

12.1- Referida contratação onerará(ão) a(s) dotação(ões):

12.1.1 nº 02.11.01 – 12.365.0049.1.077/4.4.90.51.00 – Ficha nº 746 – Secretaria de Educação – Educação Básica e Complementar – Recurso Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INTERPOSIÇÕES DE RECURSOS



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

13.1 Serão permitidos na presente licitação todos os recursos constantes no art. 109 da Lei 8.666/93, observados os prazos e condições nele estabelecidos (Art. 40, XV - Lei 8.666/93).

13.2 Os recursos, bem como respectivas impugnações, deverão ser interpostos por escrito, dirigidos ao Sr. Prefeito da **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI/SP** e **protocolados diretamente no Departamento de Materiais/Seção de Licitações, em 5 (cinco) dias úteis, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, na Rua Santos Dumont, 28, Centro -Birigui/SP, ou por meio de “e-mail”, pelo licitacoes@birigui.sp.gov.br.**

13.3 Os originais dos recursos interpostos via "e-mail", deverão ser entregues até o primeiro dia útil após a data de envio do mesmo.

13.4 A proposta terá validade não inferior a 60 (sessenta) dias da sua data de entrega, **prazo este que ficará suspenso em caso de interposição de recursos, até a publicação do respectivo julgamento.** Precedente: RO em MS 15.378, da 1ª T. Do STJ.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO:

14.1 - Publicada a classificação final e decorrido o prazo de 5 (cinco) dias úteis sem que haja interposição de recurso ou caso haja renúncia ao prazo recursal das empresas classificadas, serão os autos encaminhados à autoridade superior competente para deliberação quanto à homologação do procedimento e adjudicação do objeto da licitação em decisão que, se for o caso, deverá indicar a habilitação fiscal da Empresa vencedora do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

15.1 A licitante vencedora será convocada pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI** para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação, assinatura do Contrato, nos termos da minuta anexa a este edital (**Anexo V**), devendo apresentar nesse ato (Art. 40, I - Lei 8.666/93):



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

a) **Garantia contratual de 5%** (cinco por cento) do valor total do contrato. A garantia estipulada neste item será prestada mediante caução em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro garantia ou fiança bancária, cabendo à CONTRATADA optar por uma dessas modalidades, subordinando-se, porém, à aprovação pela **PREFEITURA MUNICIPAL DA BIRIGUI**, segundo critérios das cláusulas 16.8 e seguintes.

b) apresentação da A.R.T. (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou Registro de Responsabilidade Técnica (R.R.T.), de execução da obra, devidamente recolhida, em nome do profissional indicado na habilitação.

c) prova da regularidade fiscal de todos os tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito da Receita Federal quanto no âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional, emitidas conforme a Portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014;

d) No caso de empresa sediada fora do Estado de São Paulo, comprovante de visto do CREASP – 6ª Região na Certidão de Registro da Pessoa Jurídica no CREA de origem ou, em se tratando de prazo de execução superior a 180 (cento e oitenta) dias, comprovante de registro da empresa junto ao CREA-SP – 6ª Região. Precedente: Acórdão nº 2239/2012, Plenário TCU.

15.2 Caso a licitante vencedora, ao ser notificada para assinar o Contrato, não o faça no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da convocação, ou não solicite, com justificativa aceita pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI**, dilatação do prazo por igual período (Art. 64, § 1º - Lei 8.666/93), decairá do direito de celebrar o ajuste.

15.3 A recusa injustificada para a assinatura do Contrato também sujeitará a licitante vencedora às penalidades dispostas no artigo 81 da Lei Federal nº 8666/93.

15.4 Na hipótese do subitem 15.3, caberá à **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI** o direito de convocar às demais licitantes classificadas, observada a ordem de classificação, para assinatura do Contrato, nas mesmas condições do primeiro colocado, inclusive, quanto ao preço, ou de revogar a licitação de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

15.5 Para emissão da Ordem de Serviços, que definirá as condições para a execução das obras e serviços de infraestrutura e edificações, a CONTRATADA deverá apresentar os seguintes documentos, sob pena de ser suspensa a entrega da OS:

- a) Organograma para a realização dos serviços e obras;
- b) A.R.T. (Anotação de Responsabilidade Técnica) referente a obra;
- c) Comprovação da Matrícula da Obra no INSS.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA REVOGAÇÃO:

16.1 A administração poderá revogar esta licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito devidamente fundamentado, nos termos do art. 49, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Para conhecimento de todos, expede-se o presente Edital, que será publicado, em resumo, no Diário Oficial da União, Diário Oficial do Estado, Jornal de grande circulação no Estado e região, bem como na Internet no “site” www.birigui.sp.gov.br e afixado no local de costume (quadro de editais) da Prefeitura Municipal de Birigui/SP.

17.2 Em qualquer dos casos de obtenção do Edital, a entidade interessada poderá, através de seu representante legal, assinar o Recibo de Retirada do Edital, conforme modelo (Anexo III) e encaminhá-lo à Seção de Licitações e Contratos, até 48 (quarenta e oito) horas anteriores à data e horário de recebimento das propostas; este procedimento a habilitará a receber os esclarecimentos e informações adicionais, que, por ventura, se fizerem necessárias.

17.3 Faz parte integrante deste edital:

17.3.1. ANEXO I – Minuta de Contrato;

17.3.2. ANEXO II – Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro, Memorial Descritivo e Projetos;

17.3.3 ANEXO III – Modelo do Recibo de Retirada do Edital;

17.3.4 ANEXO IV – Média de dias de precipitação;



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

17.3.5 ANEXO V – Termo de Ajuste de Conduta;

17.3.6 ANEXO VI – Decreto Municipal nº 5.385/2.015;

17.3.7 ANEXO VII – Modelo de Declaração;

17.3.8 ANEXO VIII – Termo de Ciência e Notificação;

17.3.9 ANEXO IX – Cadastro do Responsável.

17.4 Prefeitura Municipal de Birigui, aos vinte dias de fevereiro de dois mil e dezessete.

Andréia Cristina Possetti Melo
Chefe da Seção de Licitações

Bernadete Ferrete Fávero Zen
Diretora do Deptº de Materiais

Milton Lot Júnior
Secretário de Obras

Áurea Esteves Serra
Secretária de Educação

= V I S T O =

Cristiano Salmeirão
Prefeito Municipal